

IS Working Papers

3.ª Série, N.º 21

# Considerações sobre a importância da família na socialização: o que dizem as crianças?

Florbela Samagaio

Porto, abril de 2016

# Considerações sobre a importância da família na socialização: o que dizem as crianças?

**Florbela Samagaio**

Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti; Portugal  
E-mail: florbela@esepf.pt

## Resumo

Este artigo incide sobre a crescente importância social que as crianças têm vindo a adquirir na sociedade atual. Atores de várias vivências, afetos e opiniões, as crianças e os jovens (considerados até aos 18 anos de idade) têm vindo a desempenhar um protagonismo cada vez mais visível a ter em consideração nas estruturas e nas dinâmicas sociais. À semelhança do que acontece noutros países, a Sociologia da Infância em Portugal desempenha um papel fundamental na questão social da visibilidade da infância e da criança enquanto ser socialmente competente ao desenvolver estudos que suportem um estatuto para a criança. Destacam-se as potencialidades da escuta ativa de crianças e jovens (10-18 anos) sobre assuntos que lhes digam respeito (Art.º 12.º. Da Convenção dos Direitos da Criança). Salienta-se a Educação Não Formal, prevista no âmbito do trabalho socioeducativo do Programa Escolhas, como porta de entrada num contexto institucional da vida da criança. Este artigo foca, para além de questões teóricas afins, a opinião das crianças sobre a importância que a família desempenha no seu processo de socialização.

**Palavras-Chave:** criança, participação social, educação não formal, programa escolhas, cidadania, família.

## Abstract

This article focuses on the growing social importance that the children have come to acquire in today's society. Actors from various experiences, feelings and opinions, children and young people (considered up to 18 years old) have been playing an increasingly visible role to take into consideration the structures and social dynamics. Similar to what happens in other countries, the sociology of childhood in Portugal plays an important role in the social issue of childhood visibility and child while being socially responsible to develop studies that support a statute for the child. It highlights the potential of active listening to children and young people (10-18 years) on matters which concern them (Art. 12. The Convention on the Rights of the Child). It highlights the Non-Formal Education, provided for under the social and educational work of the Programa Escolhas (*Choices Program*), as a stakeholder in an institutional context of the child's life. This article focuses, in addition to theoretical issues related to children's citizenship, the views of children on the importance that the family plays in their socialization process.

**Keywords:** children, social participation, non formal education, choices program (programa escolhas), citizenship, family.

## Introdução

Este artigo tem por base uma tese de doutoramento intitulada “Participar para Escolhe®, um Itinerário sociológico em torno de uma política social de cariz educador”, iniciada em 2009 e finalizada em 2014. A investigação procura refletir sobre a necessidade de as crianças e os jovens serem ouvidos na avaliação participativa das políticas sociais que os visem como destinatários diretos. Procurando dar conta da necessidade de reconfiguração do Estado-Providência, em termos de preocupações institucionais e em função das necessidades sociais emergentes, focamo-nos sobre o fenómeno da pobreza e da exclusão social infantojuvenil. O trabalho parte de uma análise documental de medidas legislativas e da produção de medidas de política social para o período 1990-2010 e procura dar conta das respetivas potencialidades educativas, no tocante à Educação Não Formal, através de uma apresentação do Programa Escolhas.

Dada a relativa incipiência da investigação científica sobre a participação das crianças e o seu papel ativo na construção das suas opiniões acerca de assuntos que lhes digam diretamente respeito assim como o escasso trabalho sobre medidas de política social particularmente destinadas à população infantil e juvenil, pensamos ser oportuna a apresentação da temática. O artigo tem como objetivos fundamentais chamar a atenção da comunidade científica para a importância da participação social das crianças na sociedade, desde logo, recolhendo informação junto delas através da aplicação de técnicas de investigação social nomeadamente o inquérito por questionário e a entrevista semidiretiva; apresentar as potencialidades da Educação Não Formal, no âmbito do Programa Escolhas, enquanto espaço facilitador de aproximação empírica às crianças; enquadrar a participação social das crianças como um fator pertinente na construção da cidadania infantojuvenil; tecer considerações teóricas sobre a noção de família e apresentar as opiniões das crianças sobre a importância social da família no processo de socialização. De um modo geral, pretende explicitar a função socializadora da família pela voz das crianças.

Inicia-se com um conjunto de notas sobre a questão da visibilidade social da criança na sociedade atual, empreendendo um itinerário teórico centrado na sociologia da infância reforçando o novo paradigma da infância na análise das questões e problemáticas sociais junto das crianças e dos jovens. Embora considerando a escola como contexto institucional privilegiado da vida pública da criança, sugere-se a educação paralela, realizada pelo Programa Escolhas no concelho do Porto, ao nível da conceção da Educação Não Formal, como espaço fundamental de construção de cidadania ao possibilitar o acesso investigativo ao mundo das crianças abrangidas pelo referido Programa, tecendo algumas notas explicativas da noção anteriormente referida.

A participação social das crianças como fator de socialização na construção da cidadania infantojuvenil surge como temática fundamental a considerar na educação global da criança na sociedade dos nossos dias. Considera-se como subjacente a ideia de que talvez a escola não seja o garante completo das exigências educativas que se fazem sentir.

A família é, sem dúvida, o primeiro agente de socialização da criança e contribui para o mundo sólido das vivências, dos valores e dos afetos. Iniciando com algumas considerações teóricas sobre a noção e as funções da família, pretende-se, acima de tudo, demonstrar o tipo de importância que a família poderá ter na vida das crianças, através da auscultação das suas ideias e percepções. Assim, procura apresentar-se as funções da família na ótica dos mais novos. A família é considerada detentora de significativa importância social na transmissão dos valores e conhecimentos, nas manifestações dos afetos e na aposta social que se traduz num investimento nos filhos para um futuro mais certo e garantido.

### **1. A crescente visibilidade social da criança na sociedade atual: notas breves para uma (re) colocação social da criança**

A criança tem vindo a assumir na sociedade moderna um protagonismo diferenciado face a outros tempos históricos. Desde os últimos anos do século XX que a criança tem vindo a ser objeto/sujeito não só de investimento científico como também de valorações sociais e culturais específicas. Os últimos anos do século XX e a primeira década século XXI assistem, em Portugal, a duas tendências de evolução, no que respeita à questão da criança, a demográfica e a sociológica. Por um lado a baixa acentuada da natalidade (Barreto, 1996; Rosa e Chitas, 2010) contribui para um reposicionamento do lugar da criança quer na família quer na sociedade em geral. Embora em menor número, a criança vai assumindo uma função social estruturante, marcando rotinas e ritmos quotidianos assim como práticas de investimento económico e sócio afetivo. Assiste-se a uma crescente valorização da participação social da criança.

Nesta linha de pensamento, são vários os autores, no âmbito da sociologia, que têm trabalhado as competências sociais da criança contribuindo para uma visão sociológica da mesma enquanto ser socialmente competente (Corsaro 1992; Sarmento, 2000; Prout, 2005; Almeida, 2009). A sociedade atual, como refere Qvortrup, vivencia um paradoxo relativamente às suas crianças. Estas nunca foram tão desejadas e amadas, no seio familiar, isto é, *em privado*, dando razão à ideia central da obra de Ariès, sobre a emergência do amor e da afetividade na esfera da privatização da família. No entanto, e por outro lado, em termos sociais surgem grandes dificuldades no sentido de as proteger e apoiar de modo realmente eficiente. Podemos afirmar que o número de nascimentos diminui, mas a importância social da infância está a aumentar (Qvortrup, 2000).

As questões relacionadas com a criança e a infância, ou os jovens e a juventude, na sociedade moderna são, fundamentalmente, percecionadas de acordo com três tendências de análise: o critério biológico, o critério e a análise geracionais e, finalmente, a consideração da infância/juventude como uma construção social.

O critério pragmático da diferenciação da criança face ao ser adulto é o da idade biológica. Deste modo, e do ponto de vista estatístico, a criança é o indivíduo com idade compreendida entre os 0 e os 14 anos. Atendendo à relativa abrangência do intervalo

temporal em causa, podemos pensar, juntamente com Prout, que estamos perante uma realidade difusa e híbrida (Prout, 2005). Neste sentido, existem várias infâncias (1.<sup>a</sup> infância; 2.<sup>a</sup> infância e 3.<sup>a</sup> infância), atendendo às fases do desenvolvimento cognitivo da criança, o que nos leva, numa perspetiva mais alargada, ou seja, no âmbito das ciências sociais, a perceber que criança é aquele indivíduo que, como refere Ana Nunes de Almeida “ainda não acedeu à plena cidadania” (Almeida, 2009: 79).

Por outro lado, a visão jurídica, de certa forma suportada pela análise social, define como criança o ser com idade compreendida entre os 0 e os 18 anos, sendo que aqui, *o menor* é definido pela maioridade legal, ou pela falta dela. No caso da Convenção dos Direitos da Criança, a definição que se propõe é abrangente, isto é, procura ser aplicável ao maior número possível de casos, considerando como limite etário superior os 18 anos de idade, a idade consensual, entre os Estados aderentes, em que a criança/o jovem atinge a maioridade legal. É o que podemos verificar no art.º 1.º da referida Convenção, assim como na Carta Europeia dos Direitos da Criança. Nesta perspetiva, o intervalo temporal é igualmente abrangente, o que acentua a complexidade do entendimento do sujeito em questão.

A perspetiva da infância considerada como fase de vida ou, simplesmente, geração, procura reunir uma série de informação estatística que possibilita a caracterização das condições de vida e dos modos de vida das crianças, de forma a autonomizar esta fase de vida, do ponto de vista académico e científico, para melhor proceder à comparabilidade europeia. Procura-se traçar um retrato macro que sinalize o lugar, a importância e as modalidades de participação das crianças nas várias frentes de produção da vida social, designadamente: família, escola, trabalho, consumo, lazer e cultura. Nesta linha de análise, são as crianças que constituem a unidade fundamental de observação e de análise, o que reforça a ideia de que as crianças, antes de serem seres em transição, para um estágio mais avançado, são considerados como sujeitos ativos no presente (Almeida, 2009).

Neste artigo não pretende abordar as considerações psicossociológicas que poderão eventualmente contribuir para uma definição de criança, com base na psicologia do desenvolvimento e nas teorias da socialização. Constitui apenas um apontamento, suportado por uma relativa base de investigação empírica, no âmbito da sociologia da infância, que procura contribuir para o reforço da visibilidade social da criança, quer como sujeito de investigação quer como informante privilegiado e construtor de opiniões.

A análise sociológica da infância leva-nos necessariamente à consideração deste mundo novo e diferente, do ponto de vista académico, como conjunto diferenciado de infâncias e susceptível de outras abordagens. São vastos e diferentes os próprios mundos da criança assim como da infância. Se é certo que a análise deverá, por um lado, reforçar os traços da homogeneidade que possibilitam fazer da infância uma categoria geracional, e até universal, por outro lado, a análise sociológica deverá ser capaz de destrinçar e dar visibilidade à sua diversidade interna, aos mundos diferenciados e culturais da infância. Há crianças e há infâncias enquanto mundos culturais diversos onde devem ser tidos em conta fatores como o género, a etnia, a categoria etária, a origem social, o contexto de residência, o contexto e o trajeto de vida ou, simplesmente, a escola que frequenta e os

respetivos pares. Torna-se necessário reforçar a imagem da *criança plural*, entendida na multiplicidade dos mundos infantis, como refere M. Sarmiento, na variedade das suas condições de vida, na diversidade das suas famílias, dos seus modos de vida, dos seus consumos e dos seus lazeres, entre outros (Sarmiento, 2013). A criança percecionada como ser socialmente competente e plural constitui o paradigma pós moderno da infância.

Nem sempre a criança foi considerada um ser diferente do adulto. Na Idade Média, por exemplo, “as crianças são representadas como adultos em miniatura (*homunculus*): trabalham, comem, divertem-se e dormem no meio dos adultos” (Pinto, 2000: 60). A partir de finais do século XVII e concretamente já no século XVIII, assistimos à emergência da ideia moderna de infância como fase de vida relativamente autónoma face ao mundo da adultez. Contudo, este século ainda é povoado por duas ideias dominantes sobre a infância. Assim, para Ariès, “o primeiro sentimento da infância - “a criança-brinquedo” – surgia no meio familiar na companhia das crianças pequenas. O segundo, pelo contrário, provinha de uma fonte exterior à família: dos homens de igreja ou de toga, raros até ao século XVI, de moralistas mais numerosos no século XVII, preocupados com o policiamento e a racionalização dos costumes” (Ariès, 1988: 191).

A representação da *criança como um outro do adulto* é aferida pela importância do critério idade, na sua dimensão cronológica, o que faz da criança um sujeito confinado a determinados espaços da sociedade, designadamente a escola. Neste sentido, urge a consideração da criança como um outro culturalmente diferente do adulto, com toda a prudência académica e científica do ponto de vista sociológico. Para Prout, é, efetivamente, em finais do século XX que se começa a desenhar um “novo paradigma sociológico” sobre a infância (Prout, 2005). O autor aponta algumas ideias chave, entre elas: a infância é uma construção social, resultante de um determinado espaço e tempo históricos. O sentimento da infância, a representação da criança como ser específico e diferente face ao adulto, resultante de um processo de privatização e sentimentalização da vida familiar, como refere Ariès levado a efeito por uma burguesia em ascensão social, possibilitam atribuir à criança um estatuto próprio e *lugares* específicos no âmbito do processo de socialização. A perceção da família sobre a criança no mundo vai ganhando contornos diferenciados relativamente à sua função e papel, atendendo à pluralidade social. Contudo, é comumente aceite que as crianças constituem atualmente, para uma parte significativa de famílias, fundamentalmente um investimento afetivo ao mesmo tempo que são projetadas para uma vida futura de sucesso. As famílias “privatizam” o espaço doméstico e simultaneamente catapultam a criança para o mundo exterior. Desde cedo, a criança entra em contacto com várias instituições, desde logo, a Escola. Esta como lugar privilegiado de transmissão de saberes e maneiras de ser e estar assume-se como agente basilar de socialização. A educação é concebida como “uma coisa essencialmente privada e doméstica.” (Durkheim, 2007: 60) se entendermos que compete aos pais dirigirem o desenvolvimento intelectual e moral da criança. No entanto, se consideramos a escola, enquanto espaço de aprendizagem, transmissão de normas e sociabilidade, não poderemos deixar de perspetivar o carácter de exterioridade da mesma (Berger e Luckmann, 1997), condicionando, perpetuando e transformando comportamentos. Neste sentido, a escola atribui um ofício à criança, *o ofício de aluno*, o qual marca socialmente o

seu trajeto de vida. A expressão “ofício de aluno” apareceu na sociologia da educação francesa em meados dos anos 1970 (Chamboredon e Prévot, 1973; Sirota, 2001), no contexto de discussões relacionadas com a função da escola. Para Phillippe Perrenoud (1995) o “ofício de aluno” seria um modelo de ator social que vive numa instituição organizada (a escola) segundo algumas regras e rituais aos quais todos, alunos e outros indivíduos, se devem adaptar e, claro, aprender o que é considerado necessário numa determinada época histórica. A institucionalização da infância projeta diretamente a criança para os palcos da sociedade. As crianças interiorizam rotinas de trabalho, adotam modelos comportamentais socialmente aceitáveis e prestam regulamente provas, à semelhança do que acontece no mundo adulto.

A escola constitui, por excelência o primeiro espaço público da criança. A este se virão juntar tantos outros trazidos pelo fenómeno da globalização e pela participação das crianças no mercado de consumo globalizado, ora participando diretamente através do consumo ora de forma indireta ao interiorizar normas e modelos de conduta ditados pelo mundo exterior, em busca de uma construção permanente das identidades pessoais.

Considerar a criança *per si* constitui um desafio teórico e metodológico. Normalmente, o que sabemos sobre a criança é construído pelo mundo adulto, dos adultos e pelos adultos. Por outro lado, acentua-se ainda mais o desafio quando procuramos auscultar junto da criança o que ela pensa sobre os fenómenos, os sujeitos e os acontecimentos da sociedade da qual são parte integrante. Na verdade, investigar com as crianças significa um trabalho de equipa, entre adulto e elas próprias. Como referem Grawe e Walsh “O investigador parte para o trabalho de campo como aprendiz. Se ele já soubesse o que as crianças de “lá” sabiam, não estaria lá” (Grawe e Walsh, 2003: 124).

Dando razão à visibilidade social das crianças nos tempos atuais interessa pois escutar a sua voz atribuindo-lhes um papel ativo na investigação sociológica, neste caso concreto, ao procurar conhecer algumas perceções das crianças sobre a importância social da família e o seu *lugar* no processo de socialização.

## **2. A Educação Não Formal como porta de entrada num mundo infantil particular**

Embora considerado o espaço público privilegiado da socialização infantil, a Escola, enquanto instituição histórica e administrativa, apresenta-se como organização social significativamente burocratizada e manifestamente rígida nas suas rotinas. Deste modo, o nosso propósito de escutar as crianças na escola, atribuindo-lhes um papel de informante na investigação sociológica, viu-se comprometido. Procurou-se uma outra porta de entrada no mundo das crianças e descobriu-se as virtualidades da política social enquanto espaço igualmente público e de abertura à participação infantil. Surge, no processo de investigação, o Programa Escolhas.

O Programa Escolhas existe em Portugal desde 2000, entrando presentemente na 6.<sup>a</sup> geração (2016 - 2018), e constitui uma medida de política social fundamentalmente destinada a trabalhar com as crianças e os jovens oriundos de meios sociais desfavorecidos em várias dimensões, desde a motivação e o acompanhamento escolar, até uma diversidade de atividades lúdicas e de capacitação para a cidadania, no âmbito da Educação Não Formal.

Na sua génese, a noção de Educação Não Formal é vaga e difusa. Define-se como toda a educação que se processa fora do sistema formal. A designação é formalmente estabelecida, pela primeira vez, na Conferência sobre a Crise Mundial da Educação (1967), organizada pela Unesco. Refere-se à atividade educacional organizada que se processa fora do sistema formal e é dirigida a uma clientela específica e com objetivos específicos. Ou seja, constitui uma atividade educativa, organizada e sistemática, desenvolvida fora do enquadramento do sistema formal de ensino e com vista a fornecer tipos de aprendizagem selecionados para subgrupos particulares da população, adultos ou crianças (Rogers, 2004). Por seu lado, Trilla-Bernet define-a como o conjunto de processos, meios e instituições específicas e diferenciadoras concebidas em função de objetivos de formação explícitos, que não se encontram diretamente relacionados com obtenção de diplomas próprios do sistema de educação formal (Trilla-Bernet, 2003).

Se, numa fase inicial, a Educação Não Formal estava muito centrada na questão da alfabetização e educação de adultos, atualmente, este domínio da educação intervém num campo muito mais vasto, que engloba desde ações de animação sociocultural, intervenção comunitária, atividades de tempos livres, ações de formação profissional, ações de higiene e segurança no trabalho, formação sindical, educação artística, física e desportiva, ludotecas, clubes juvenis, educação parental, gestão e economia doméstica, formação de voluntariado, entre outros, sempre numa lógica de conceber projetos socioeducativos dirigidos a necessidades específicas. Neste sentido, a primeira política pública, destinada à criança, que trabalha contextos de Educação Não Formal é efetivamente o Programa Escolhas.

Realizando-se uma aproximação ao terreno empírico da investigação abordaram-se os responsáveis do Programa/projetos Escolhas e estes abriram as portas à investigação. Neste sentido, tornou-se possível a atribuição do papel de entrevistado às crianças.

O Programa Escolhas é um programa de âmbito nacional, tutelado pela Presidência do Conselho de Ministros e fundido no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. Foi criado como um programa experiência e interministerial através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, em Janeiro de 2001 e visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social, objetivos que se mantêm até à atualidade. O Programa procura abarcar exatamente crianças e jovens em contexto de exclusão escolar, divididos em dois grupos etários: dos 6 aos 10 anos, a intervenção assenta num trabalho de prevenção escolar, enquanto no grupo dos jovens dos 14 aos 18 anos o trabalho incide na reintegração escolar e pessoal dos jovens na



comunidade. Podemos afirmar que o Programa Escolhas procura trabalhar fundamentalmente a questão escolar, o que nos interessa particularmente pois constitui um mecanismo privilegiado de integração social.

Esta política social apresenta como destinatária direta a criança e atribui-lhe o necessário protagonismo na construção da sua trajetória de vida. Pode-se afirmar que constitui parte integrante de uma “nova geração” de políticas sociais que apelam a um compromisso ativo ente Estado e Cidadão.

A definição do “ofício do aluno” corresponde também à do “papel social da criança como aprendiz” (Sarmiento, 2011: 585) e a um conjunto de comportamentos prescritos e previstos no contexto escolar e não escolar, formal e não formal, e que potencia, por extensão, a definição dos comportamentos esperados das crianças no seu conjunto enquanto indivíduo, sujeito autónomo e membro da sociedade. Neles, inclui-se uma dimensão fundamental, a de capacitação da criança para uma cidadania social, visível, desde logo, na expressão da suas opiniões (artº 12º da Convenção dos Direitos da Criança).

### **3. A participação social das crianças: um fator de socialização na construção da cidadania**

Determinadas análises sobre a cidadania infantil propõem que a sua argumentação se centre na ideia da infância como categoria excluída de um estatuto pleno de cidadania (Sarmiento, 2008; Cockburn, 2005; Cohen 2005; Lister, 2007) assim como outros o foram em diferentes momentos históricos. A reclamação desse estatuto, no entanto, está altamente dependente de diferentes fatores, como a imagem global de Infância como idade frágil, pouco competente, e apolítica; da supremacia de lógicas de proteção que frequentemente inibem a coexistência da criança como ser participativo e competente, relações de poder assimétricas entre crianças e adultos; a aplicação de visões legalistas e formalistas de cidadania, que escondem dimensões importantes da cidadania das crianças; a inclusão da ideia de infância enquanto coletivo diferenciado; a ideia normativa de infância, escondendo as “crianças nas margens” (Marchi e Sarmiento 2008), entre outras. Por outro lado, o equacionar da infância a partir da adultez – princípio teleológico da Infância, criticado já por alguns autores, propondo a sua revisão para uma ideia da Infância em direção à própria Infância – representá-la-ás enquanto projeto de futuro, enquanto “ser a ser” (Prout, 2005), tornando-a num “cidadão em espera” (Lister, 2007).

A criança constitui um ser em desenvolvimento, como qualquer indivíduo adulto, empreende ações e desenvolve intervenções juntamente com os pares e os adultos. A socialização assume-se simultaneamente como processo de incorporação do *habitus* e de construção social da realidade.

A noção de cidadania social aplicada à infância e à juventude é indissociável da noção de participação social. Há que reforçar a ideia da criança como ser socialmente competente

(Corsaro, 1992, 1993; Prout, 2005) dando continuidade à inauguração do novo paradigma para a consideração social das crianças. Em Portugal, essencialmente a partir dos anos 90, os sociólogos começaram a ensaiar este novo paradigma. Teresa Vasconcelos (2006), por exemplo, salienta a importância do jardim-de-infância como contexto social e educativo privilegiado para a aprendizagem das normas democráticas por parte das crianças e chama a atenção para a necessidade da implementação do mesmo paradigma no nosso país apontando para um trabalho recentemente apresentado por Manuel Jacinto Sarmiento (2006) sobre uma concepção alternativa de uma cidadania da infância, onde é introduzido o plural cidadanias, descrevendo-se vários tipos de cidadania. Sarmiento começa por abordar a ideia de cidadania social, baseado na nova «sociologia da infância» e na construção de uma «ideia» de infância contraposta à existência de vários tipos de infância. Afirma a importância de aceitar a voz das crianças como expressão legítima de participação na vida, neste caso, da *cidade*. Sendo assim, na esteira do mesmo autor, podemos reiterar a ideia de que escutar a voz da criança constitui uma prática de participação social.

Este trabalho parte simultaneamente do olhar teórico empreendido e de um território empírico específico através de uma aproximação metodológica baseada quer na aplicação de um inquérito por questionário quer de uma entrevista semi estruturada junto das crianças destinatárias do programa Escolhas. O “mundo infantil” que aqui se procura auscultar no que concerne à perceção da família, e seu “lugar” no processo de socialização, é composto por crianças que frequentam cinco projetos Escolhas: *Projeto Raiz* que abrange os bairros de Ramalde e Campinas, ambos situados na freguesia de Ramalde; *Projeto Metas* abrangendo os bairros de Condominhas, Pasteleira e Lordelo do Ouro, os três situados na freguesia de Lordelo do Ouro; *Projeto Pular a Cerca* abrangendo a realidade do Bairro do Cerco, na freguesia de Campanhã; *Projeto Ramal(de) Intervenção*, incidindo sobre as realidades dos bairros de Ramalde do Meio e do Viso, na freguesia de Ramalde e o *Projeto Escolhas em Movimento* cuja ação incide fundamentalmente na freguesia de Santo Ildefonso, e localizado na Praça do Marquês, no centro da cidade do Porto.

As crianças entrevistadas têm idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos inclusivamente. Não constitui objetivo deste documento a referência e a explicitação dos procedimentos metodológicos assim como dos princípios relativos a uma atuação ética na investigação com crianças, interessa somente sinalizar as potencialidades do processo de emissão de opinião, no espaço da investigação sociológica, considerado enquanto contexto promotor de educação para a cidadania social junto da criança e do jovem, no âmbito de uma política social – o Programa Escolhas, ao considerar o programa como porta de entrada no mundo das crianças e ao escutá-las sobre questões que lhes dizem respeito, neste caso concreto, a família através do seu posicionamento numa escala de atribuição de importância social à mesma. Trata-se, no fundo, de trabalhar um relativo empoderamento infantojuvenil no que toca à perceção e compreensão do mundo (Amado e Samagaio, 2014).

## 4. A família: das teorias às opiniões das crianças

### 4.1. Alguns apontamentos de natureza teórica

A família constituiu-se como unidade elementar de organização social. Apesar das transformações sociais e económicas que influenciaram a reconfiguração das formas familiares, na sociedade atual, na perspectiva de vários autores, é a família o primeiro agente de socialização.

Dada a diversidade e a amplitude da expressão família, há que configurar o foco de análise. A melhor forma de evitar a dispersão de sentido é entender a família numa perspectiva dinâmica e histórica. Assim, a designação mais apropriada deverá ser “famílias”, já que, segundo Lenoir, nenhum fenómeno será mais artificial do que a família. Social e culturalmente construída, veiculada pelas classes dominantes e legitimada por aqueles que detêm poder, a família expressa os ideais morais específicos de uma época, a organização, a cultura e o funcionamento de uma sociedade (Lenoir, 2003). O caráter relacional da família converte-se num tempo historicamente construído, reproduzindo as estruturas dominantes da sociedade, e constitui um espaço vital de socialização quer das gerações mais novas quer das mais velhas. A socialização constitui um processo permanente de descoberta e de aprendizagem das questões da vida.

Para a construção do imaginário sobre a família muitas foram as contribuições científicas dignas de nomeação, designadamente no âmbito da sociologia da família, da sociologia do casamento e da sociologia da questão feminina. Não é nosso propósito proceder à inventariação das análises sociológicas sobre a problemática da família, pretendemos apenas tecer algumas notas sociológicas que nos parecem fundamentais capitalizar na nossa análise.

Terão sido Simmel e Durkheim os pioneiros da análise sociológica da família. Para Durkheim, a passagem da família patriarcal para a família conjugal encontra-se relacionada com a saída da mulher da esfera doméstica. A mulher teria um papel fundamental na preservação da solidariedade mecânica, enquanto elemento fundamental de regulação social. Também, na sua obra *O Suicídio* (1896), o autor reflete sobre a questão do isolamento social, afirmando que a individualização destrói a integração e leva a uma perda de moral, comprometendo o bem-estar social do indivíduo, para o qual, mesmo em termos de integração, a família constitui o elemento fundamental. Para Simmel (1895) por seu lado, as formas familiares prendem-se com a variedade dos modos de relacionamento entre homens e mulheres, sendo que não terá existido uma condição prévia típica a partir da qual a família originária tenha evoluído. As famílias encontram-se associadas a circunstâncias históricas específicas.

O ramo do saber sociológico sobre a família esteve, de certa forma, silencioso até à primeira metade do século XX, ainda que os anos seguintes tenham possibilitado um desenvolvimento teórico vasto e diverso. Assim, são vários os autores que terão contribuído para tal evolução. Burgess (1886-1966) propõe a transformação da família institucional em família companheirista (Burgess e Locke, 1960). Parsons, por sua vez, na perspectiva funcionalista, pensa a família moderna como uma espécie de

contratualização entre os géneros, com funções bem definidas e com base na teoria dos papéis sociais femininos e masculinos. Goode, por seu lado, realizou pesquisas comparativas “cujos resultados foram publicados em *World Revolution and Family Patterns*” (Torres, 2001: 53). É um autor que se inscreve na corrente estruturo-funcionalista e procura estudar as relações da família com outras esferas das relações sociais.

Independentemente dos olhares teóricos sobre a família, esta surge como uma unidade social fundamental, baseada na relação e na divisão de tarefas. São várias as funções que a famílias vêm desempenhando ao longo do tempo. Contudo, desde sempre a família representou, na sua essência, uma forma de organização social. A. Teixeira Fernandes aponta a família como uma instituição de controlo já que “toda a actividade humana é regulada por instituições. Assim acontece com a escola, a família, a religião, a economia e outras modalidades de associação. Algumas destas instituições desempenham um papel importante no processo de controlo e de regulação social” (Fernandes, 2006: 34). A família relaciona-se com a estrutura social e favorece a sua reprodução cultural. Por outras palavras, como refere Lenoir, a família não se reproduz a si própria enquanto unidade e princípio, ela encontra-se sujeita à operacionalização de diferentes estratégias de vida em função da diversidade social.

Paralelamente, e ao longo do século XX, temos vindo a verificar uma transformação na própria definição da conceção de família. Das funções mais instrumentais, a família passa a realizar-se significativamente com e através das relações e dos afetos. Deste modo, e no final do século XX, a Organização Mundial de Saúde propõe como noção de família uma conceção assente na relação. Na verdade, o conceito de família não pode ser limitado a laços de sangue, casamento, parceria sexual, ou adoção. Família constitui um grupo cujas ligações são baseadas na confiança, suporte mútuo e num destino comum. Esta noção abre caminho para um conjunto de questões que têm a ver com as próprias funções da família e com as trocas intergeracionais. Para além do património genético, há todo um conjunto de princípios e valores culturais e simbólicos que envolvem a noção de *famílias*.

Nesta linha de pensamento, podemos afirmar que as transformações sociais ocorridas contribuem fortemente para a alteração da própria noção de família. Lenoir sintetiza algumas das transformações sociais e económicas estruturantes da (re) configuração da família na sociedade moderna. Assim, a desfamiliização das relações familiares consiste num processo de desmoronamento das bases sociais em que assenta o familismo tradicional e resulta, em parte, do declínio das categorias em que a família era fundada, isto é, em torno de “um património que é simultaneamente um meio de produção e um meio de existência material e simbólica do grupo” (Lenoir, 1985) como são, em grande parte, as empresas ligadas à agricultura, tem contribuído para algumas transformações nas bases familiares. Abriu-se caminho para que o Estado interviesse na arbitragem das trocas entre as gerações assim como nas questões tradicionalmente familiares como, por exemplo, os cuidados materno-infantis e a educação escolar das crianças.

Ao longo dos últimos anos fomos assistindo a reconfigurações familiares e à emergência de outras formas de conjugalidade que deram origem à diversidade de formas familiares.

A este nível de análise, Burgess, entre outros, propõe, desde 1945, uma distinção ideal-típica entre “instituição” e “companheirismo” para dar conta da família moderna. A tese de Burgess tem como objetivo central privilegiar a emergência e a consolidação dos afetos no seio da família moderna, dando continuidade ao pensamento de Ariés sobre a questão da privatização crescente dos espaços familiar e doméstico. Embora os conceitos de companheirismo e de privatização possam, também, ser ambíguos, o que nos interessa, na nossa investigação, é relevar o papel fundamental da família no processo de socialização, enquanto lugar central de aprendizagens informais e de afetos, onde, por vezes, também assistimos a um certo instrumentalismo nas funções desempenhadas no interior da família. Na verdade, “a família restrita e afetiva tal como hoje a conhecemos, que se organiza em torno da criança e das suas necessidades universais de amor, segurança, disciplina, vigilância e investimento, é obra da alvorada da modernidade” (Cunha, 2007: 27). Esta tendência crescente no sentido de acentuar a afetividade contou com um processo histórico transformador ao qual não foram alheias as revoluções contraceptivas, que levaram a uma diminuição gradual da natalidade acompanhada por uma descoberta dos filhos como lugar privilegiado dos vários tipos de investimento, entre eles o amor e a realização pessoal. A criança transformou-se num *bem de consumo afetivo* para o casal.

A função socializante implica os projetos coletivos da família e compromissos tácitos. Implica a construção de expectativas assim como o estabelecimento de relações com os demais agentes da comunidade. Os pais podem projetar nos filhos uma pluralidade de expectativas: o futuro que não tiveram, o que gostariam de ter sido, e por vezes, os próprios valores e sentimentos de autoexclusão.

Numa perspetiva mais restrita, focamos agora a atenção na questão das funções que os filhos, as crianças e os jovens, podem, enquanto filhos (as) desempenhar no espaço familiar.

**QUADRO Nº 1****Funções que os filhos podem desempenhar no contexto familiar e doméstico**

Funções	Descrição das funções
Função económica	Quanto mais filhos mais braços para participar na produção familiar. A criança e o jovem desempenham o papel de consumidores diretos e indiretos de bens e serviços
Função assistencial	Antigamente esperava-se dos filhos que prestassem cuidados e garantissem a sobrevivência dos pais idosos. Atualmente, os filhos continuam a ajudar os pais, procurando manter-se perto deles na velhice
Função de linhagem	Comprometia os filhos na continuação da descendência familiar e na conservação de várias heranças (culturais, patrimoniais, simbólicas). As crianças e os jovens constituem uma herança mista, enquanto guardiões do património económico e enquanto mediadores do património cultural
Função religiosa dos filhos	Antigamente a vinda de uma criança era entendida como uma dádiva de Deus, actualmente, com a crescente laicização da vida social e familiar, aquela função foi perdendo densidade. Atualmente, o processo de desinstitucionalização que vivemos tem conduzindo a uma visibilidade social da criança e do jovem
Função estatutária	Antigamente, se a vida do casal só tinha sentido através da descendência, hoje a vida a dois é uma opção legítima. Por outro lado, se a maternidade constituía a fonte primeira de estatuto para a mulher, actualmente tem que concorrer com outras alternativas de realização. No entanto, atualmente, o ato de ter filhos engendra uma identidade social positiva.
Função afetiva	Parece ter-se acentuado nas sociedades modernas: a criança representa, para os pais, basicamente, uma fonte de gratificação pessoal, no âmbito da família companheirista
Função de instrumentalidade indirecta	Note-se que, segundo alguns autores (Blake, 1968), para compreender as motivações subjacentes à procriação, é necessário considerar os contextos sociais em que estas têm lugar: os filhos podem constituir fonte compensatória de aquisição de poder e de sentido para os pais; as funções instrumentais dos filhos podem assumir diversas formas que podem ir da ajuda material até à assistência institucional
Função simbólica	Os filhos asseguram a coesão conjugal e significam sempre uma forma de união
Função de papel social e estatuto social	Que dá conta de uma série de atividades quotidianas, a fazer e sentidas, frequentemente, como gratificantes, que se desenvolvem em torno da criança

**Fonte: Elaboração própria com base no trabalho de Vanessa Cunha (2007).**

Este quadro sistematiza as funções que a criança e o jovem podem exercer no espaço privado da família. Apontam para uma nova visão sobre o lugar da criança na família, um lugar marcado, geralmente, pela afetividade e pelo investimento na colocação social ascendente da criança. Por outro lado, a escola, ao oferecer um “ofício” à criança colocou-a no centro das atenções da vida social pública e constitui um dos mais poderosos agentes de socialização dos tempos modernos, como a seguir veremos, completando o processo, mas, por vezes, revelando-se ainda insuficiente.

A família constitui, pois, o primeiro agente de socialização da criança e pensamos nela como o lugar onde nascemos, crescemos e morremos, embora no decorrer deste percurso,

possamos ter mais do que um núcleo geracional familiar e ou mesmo mais do que uma família e percorrer, ao longo da vida, vários espaços familiares e domésticos. É no espaço familiar que se desenvolvem as aprendizagens mais significativas quer no campo das interações como no das vivências plurais, normativas, educativas e afetivas. As famílias constituem contextos socioculturais relativamente definidos. Contudo não podem ser vistas como entidades genuinamente autónomas. De facto, elas sofrem influências de uma sociedade e de uma determinada época histórica e (re) configuram-se continuamente de acordo com as ideologias dominantes. Cada família, enquanto sistema, é um todo, mas é também uma parte integrante de contextos mais vastos como a comunidade e a sociedade.

Não podemos esquecer a lição de Durkheim (1892) quando “enuncia o paradoxo da família conjugal: cada vez «mais privada» e ao, mesmo tempo, cada vez mais «pública». É que, de facto, assistimos à integração da unidade familiar em unidades sociais cada vez mais vastas, redes familiares, redes de vizinhança, comunidades, sociedade” (Singly, 2011: 16).

#### **4.2. A família é muito importante: entre os valores e os afetos, a aposta no futuro**

O público infantil informante, no âmbito do nosso trabalho, apresenta uma distribuição relativamente equilibrada no que concerne ao sexo: 53,3% de crianças do sexo masculino e 46,7% do sexo feminino. Em termos de nacionalidade, a grande maioria dos indivíduos são de nacionalidade portuguesa (95,3%) sendo que encontramos ainda dois indivíduos de nacionalidade guineense, um de nacionalidade britânica, quatro de nacionalidade brasileira e ainda outro proveniente de São Tomé e Príncipe.

Além disso, verificamos que nos encontramos perante uma população infantil bastante heterogénea. O elemento comum, agregador, nesta perspetiva, é o fator do insucesso escolar. O fraco desempenho escolar constitui uma das razões que leva ao ingresso nos Projetos Escolhas. Também, é de salientar que as crianças inquiridas/entrevistadas encontram-se inseridas em contextos residenciais de bairro social, isto é, territórios considerados desfavorecidos. Sendo assim, quando solicitados a posicionarem-se sobre eventuais dificuldades que se façam sentir em casa e na família, temos que 43,8% dos inquiridos afirmam que se verifica em casa dificuldades para fazer face às despesas da casa e do quotidiano familiar.

Os inquiridos vivem predominantemente com os pais e irmãos, sendo que a maioria apenas possui um irmão, situação que obedece à organização e ao padrão familiar predominantes (Censos 2011).

## QUADRO Nº 2

## Representações sobre a Família por parte dos inquiridos

Representações sobre a Família			
	Sim (%)	Não (%)	NS/NR (%)
A Família é muito importante	98,2	1,8	0
A Família possibilita ser alguém na vida	92,3	7,7	0
A Família valoriza-me como eu sou	95,6	4,1	0
A Família aposta em mim para o futuro	94,1	5,9	0
A Família, hoje em dia, não serve para muito	4,7	94,7	0,6
A Família incentiva-me a estudar para ajudar a ter um bom emprego	94,7	3,0	0
A Família ajuda a ser boa pessoa	97,0	3,0	0
A Família ajuda a ser útil à sociedade	88,8	10,7	0,6
A Família não é muito importante	1,8	98,2	0

Fonte: *Participar para Escolher*, 2014.

A tabela expõe as representações sociais que a população infantil em causa possui acerca da família, e apesar de estarmos perante contextos de pobreza e exclusão social, onde acontecem situações de desorganização e de desagregação familiar, é pertinente notarmos a valorização social significativa manifestada pelas crianças aquando da resposta ao inquérito por questionário. A família constitui, por excelência, o espaço dos afetos e das aprendizagens generalizadas. Inclusivamente, segundo as crianças, a família incentiva ao estudo e motiva para a escola, abrindo, assim, espaços para o entendimento de uma cooperação família-escola.

Pela voz das crianças, assistimos à confirmação unânime de que a família “é muito importante”, constitui um agente fundamental de socialização na vida da criança. Na verdade, para 97% da população inquirida a família inclusivamente “ajuda a ser boa pessoa”. Independentemente da amplitude do significado da expressão utilizada, reconhece-se a existência de pressupostos culturais e morais subjacentes à expressão. O *ser boa pessoa* passa por uma concordância com valores dominantes do *bem* e do que *está certo*. As afirmações das crianças permitem reforçar um entendimento da socialização numa linha de pensamento construtivista, de partilha e construção quotidiana (Corsaro, 1992; Berger e Luckman, 1997).

A análise dos dados sugere dimensões de cooperação entre pais e filhos, numa lógica de construção conjunta. Esta constatação torne-se ainda mais pertinente em contextos sociais considerados de exclusão social, onde, por vezes, a desorganização e a desestruturação familiares são visíveis. Nestes contextos, que subjazem esta investigação, denotamos que as crianças atribuem uma importância fundamental à família, o que contribui para a sua consolidação enquanto espaço central da vida da criança.



*Dizem que eu tenho que me empenhar nos estudos para depois ser alguém...*

**E1, 16 anos, R, Campinas.**

*Muito. Às vezes quando estou a ouvir música é precisamente isso que muitas vezes me vem à ideia. É ponderar aquilo que posso estar a... que função posso passar a vir a desempenhar daqui a uns anos, em que é que posso estar a trabalhar, se será boa a minha relação com os colegas e com os patrões...*

**E12, 18 anos, A, Viso.**

*Digo o que gostava de ser e eles... Com os meus pais e as minhas amigas dizem que eu tenho de seguir até ao 12<sup>º</sup> e seguir a faculdade.*

**E10, 11 anos, R, Campinas.**

Em segundo lugar, foi perguntado às crianças e jovens quem os apoiaria/apoiará no seu projeto de futuro. Das possibilidades oferecidas, os posicionamentos corroboram o que acima fomos afirmando. Com 91,7% a família é sem dúvida a instituição que os apoiará, seguida pela escola (79,9%), pelos amigos (74,6%), pelo Escolhas (72,2%), por Deus (62,7%) e, finalmente, pela sorte (52,1%). Assim, temos que os nossos inquiridos assumem claramente uma visão pragmática do seu futuro, uma visão em que este se ancora nas suas escolhas e nos seus trajetos. Tal como na leitura que fazem do mundo, as dimensões exógenas parecem ter menos importância que as ações do dia-a-dia. Mais que Deus ou A Sorte, mais que a mística ou o acaso, é o pragmatismo da vida quotidiana, o seu esforço, o seu trabalho e, sobretudo, as pessoas de quem gostam que contribuirão decisivamente para o desenrolar do seu futuro.

A reprodução social dos valores dominantes da sociedade faz-se sentir: estudar, ter um emprego e constituir uma família. Deixamos estas expectativas pela voz dos inquiridos:

*Uma pessoa com mais paciência, mais madura, mais definida, mais sabedoria... (...) Acho que há tempo para tudo. Ter família... vou construir a minha, ao meu tempo vou construir a minha... Morar pelo Porto... (...) Ai, ter alguma bebé no meu colo a chamar-me mamã. Adorava! Acho que vai ser o momento mais feliz da minha vida. E encontrar a pessoa certa, acima de tudo. [E o que é a pessoa certa para ti?] Ninguém é perfeito. Alguém de que me saiba apoiar, que me saiba ajudar, que tenha paciência para as minhas birras, para os meus momentos de chatice... Que não desista! E que me apoie e que quando eu virar as costas talvez me vire na altura mas que depois saiba dizer 'já estás melhor?' E que*

*me saiba sempre conquistar.” // [Para ti é importante vencer... (...)] porquê?] Porque já perdi demais! Agora só vou ganhar!*

**E3, 17 anos, RL, Ramalde.**

*Isso é o sonho de qualquer um... é ter uma família, ter uma casa...” (...)* “Para mim qualquer emprego dava. Para mim qualquer coisa é profissão... Se puder arranjar alguma coisa melhor para o meu futuro é bom, por exemplo, se der para uma empresa de informática é bom... Mas, se tiver de seguir a profissão do meu pai, pedreiro... Não interessa, é profissão à mesma...”

**E2, 17 anos, R, Campinas.**

Os depoimentos recolhidos apontam para um cenário de futuro assente na possibilidade de constituir uma família, assim como no valor do trabalho. Devemos ressaltar que a família assume uma representação crucial para os nossos inquiridos, embora no que diga respeito às suas famílias de origem termos assistido a situações de relativa desagregação e desorganização. Em termos de socialização, denotamos, pois, uma importância social muito significativa atribuída à família.

### **Breve nota final**

Os dados apresentados e os depoimentos recolhidos reforçam as teorias sociológicas sobre a família, enquanto agente central de socialização, e apontam, na voz das crianças e jovens, para as funções sociais normalmente atribuídas à família. Salienta-se o papel da família na transmissão dos valores dominantes, nomeadamente os valores respeitantes à própria família e ao fator trabalho, favorecendo a manutenção e a reprodução da ordem social existente, apostando num investimento social dos filhos em ordem a um futuro mais promissor.

## Referências

- Almeida, Ana Nunes (2009). *Para Uma sociologia da infância Jogos de olhares, pistas para a investigação*. Lisboa: ICS.
- Ariès, Phillipe (1988). *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Barreto, António (org.) (1996). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: ICS.
- Berger, Peter; Luckmann, Thomas. (1997). *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Burgess, Ernest; Locke, M. J. Thomas (1960). *The Family from Institution to Companionship*. N. Y.: American Book.
- Cockburn, Tom (2005). *Children as participative citizens: a radical pluralist case for 'child-friendly' public communication*. Journal of Social Sciences, Special Issue, nº9. 19:29.
- Cohen, Elizabeth (2005). *Neither seen or heard: children's citizenship in contemporary democracies*. Citizenship Studies, vol. 9(2). 221:240.
- Corsaro, William (1993). *The Sociology of Childhood*. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press.
- Corsaro, William (1992). *We're friends, right? Inside kids Culture*. Washington D.C.: Joseph H. Press.
- Corsaro, William; Miller, Peggy (eds) (1992). *Interpretative approaches to children's socialization*. San Francisco: CA Jossey-Bass Publishers.
- Chamboredon, Jean-Claude; Prevot, Jean (1973). Le « métier d'enfant ». Définition sociale de la prime enfance et fonctions différentielles de l'école maternelle. *Revue française de sociologie*, vol. 14. 295-335.
- Cunha, Vanessa (2007). *O lugar dos filhos Ideais, práticas e significados*, Lisboa: ICS.
- Durkheim, Émile (2007). *O Suicídio*. Lisboa: Editorial Presença.
- Fernandes, A. Teixeira (2006). *Monotonia Democrática e Diluição das Regulações Sociais*, Porto, Afrontamento.
- Graue, E. ;Walsh,D. (2003). *Investigação Etnográfica com Crianças: Teorias, Métodos e Ética*, Lisboa: F. Calouste Gulbenkian.

James, Allison; Jenks, Chris; Prout, Adam (2002). *Theorizing Childhood*. Bristol: The Polity Press.

Jenks, Chris. (1982). *The sociology of childhood. Essential readings*. Hampshire: Gregg Revivals.

Lister, Ruth (2007). Inclusive citizenship: realizing the potential. *Citizenship Studies*, vol.11(1). 49 - 67.

Lenoir, Remi (2003). *Généalogie de la morale familiale*, Paris : Seuil.

Montandon, Cléopâtre (2000). In the company of peers: a few notes on the construction of social ties in childhood. In VV.AA. *Os Mundos sociais e culturais da infância. Actas do Congresso (I)*. (96-108). Braga: Instituto de Estudos da Criança.

Montandon, Cléopâtre (2001). Sociologia da Infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. *Cadernos de Pesquisa*, 112. 33-60.

Montandon, Cléopâtre. (1992). La socialisation des émotions: un champ nouveau pour la sociologie de l'éducation. *Revue Française de Pédagogie*, 101. 105-122.

Pinto, Manuel (1997). A infância como construção social. In M. J. Sarmento & M. Pinto (orgs), *As crianças. Contextos e identidades* (31-74). Braga: Centro de Estudos da Criança.

Pinto, Manuel (2000). *A Televisão no Quotidiano da Criança*. Porto: Edições Afrontamento.

Plaisance, Eric (2004). Para uma sociologia da pequena infância. *Educação e Sociedade*.

Perrenoud, Ph. (1995). *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*. Porto: Porto Editora.

Prout, Alan (2000). Childhood bodies, construction, agency and hybridity. In A. Prout (ed.), *The body, childhood and society*. London: Macmillan.

Prout, Alan (2005). *The Future of childhood: towards the interdisciplinary study of children*. London: Routledge Falmer.

Qvortrup, J. (2000). Generation – an important category in sociological childhood research. In VV.AA. *Os Mundos sociais e culturais da infância. Actas do Congresso (II)*. (102-113). Braga: Instituto de Estudos da Criança.

Rayou, Patrick (1999). *La grande école. Approche sociologique des compétences enfantines*. Paris: Puf.

Rogers, Alan (2004). *Non-Formal Education – flexible schooling or participatory education?* Hong Kong: Kluwer Academic Publishers.

Rosa, Maria João Valente; Chitas, Paulo (2010). *Portugal: os Números*. Lisboa: FFMS.

Samagaio, Florbela; Amado, R. (2014). O Trabalho Comunitário a partir das Crianças: construindo Raízes. In *Educação, Territórios e Desenvolvimento Humano, I Seminário Internacional, Atas*. Porto: UCP.

Samagaio, Florbela (2014) - Participa(r) para escolher um itinerário sociológico em torno de uma política social de cariz educador - Programa de escolhas. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Saramago, Sílvia (2001). Metodologias de pesquisa empírica com crianças. *Sociologia, problemas e práticas*, 35. 9-29.

Sarmiento, Manuel Jacinto; Marchi, Rita de Cássia (2008). Radicalização da infância na segunda modernidade: Para uma Sociologia da Infância crítica. *Configurações* [Online], 4 | 2008, online no dia 12 Fevereiro 2012, consultado 26 Fevereiro 2016. URL: <http://configuracoes.revues.org/498>.

Sarmiento, Manuel Jacinto; Cerisara, Ana Beatriz (Orgs.) (2004). *Crianças e miúdos. Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação (9-34)*. Porto: Asa.

Sarmiento, Manuel Jacinto (2000). *Lógicas de acção nas escolas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Sarmiento, Manuel Jacinto (2000). Sociologia da Infância: correntes, problemáticas e controvérsia. *Sociedade e Cultura 2, Cadernos do Noroeste*, 13(2). 145-164.

Sarmiento, Manuel Jacinto (2003). As culturas da infância nas encruzilhadas da 2.<sup>a</sup> modernidade. In Sarmiento, Manuel Jacinto (2011). *A Reinvenção Do Ofício De Criança E De Aluno. The Reinvention Of Child's And Student's Craft. Atas De Pesquisa Em Educação*, 6(3). 581-602.

Sarmiento, Manuel Jacinto; Gouvea, Maria Cristina Soares de (orgs.) (2008). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Sarmiento, Manuel Jacinto (2013). *As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da Segunda Modernidade*. Disponível em [http://cedic.iec.uminho.pt/Textos\\_de\\_Trabalho/textos/encruzilhadas.pdf](http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/encruzilhadas.pdf).

Sirota, R. (2001). *Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. Cadernos de pesquisa*, São Paulo, n. 112.

Singly, François de (2011). *Sociologia da família contemporânea*, Lisboa: Edições texto e grafia.

Simmel, G. (1998). On the Sociology of the family. In Mike Featherstone (org.), *Theory, Culture Society, Love and Eroticism*, Vol.15.

Trilla-Bernet, Jaume (2003). *La educación fuera de la escuela – ámbitos no formales y educación social*. Barcelona: Ariel Educación.

Torres, Anália (2001). *Sociologia do Casamento*. Oeiras: Celta Editora.

### Referências complementares

Diário da República, I Série, Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, 9 de Janeiro.

Diário da República, I Série, Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004, 30 de Abril.

Diário da República, I Série, Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2006, 26 de Junho.

Diário da República, I Série, Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2009, 23 de Julho.

Instituto Nacional de Estatística (2011). *Família nos Censos 2011: Diversidade e Mudança*. Disponível em: [www.ine.pt](http://www.ine.pt).

União Europeia. (2013, 20 de Agosto). *Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos das Crianças*. Disponível em [http://direitoshumanos.gddc.pt/3\\_3/IIIPAG3\\_3\\_10.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/3_3/IIIPAG3_3_10.htm).

OMS, Disponível em <http://www.who.int/en/>, acedido a 24 de agosto de 2013.

UNICEF. (2013, 20 de Agosto). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. Disponível em: [www.unicef.pt](http://www.unicef.pt).

#### NOTA DA EDITORA/EDITOR'S NOTE

Este paper resulta de um convite ao autor, fruto da sua trajetória académica e investigativa de relevo. Todo o conteúdo nele expresso é da exclusiva responsabilidade do autor.

This paper results from an invitation to the author, due to his reputed academic and investigative record. All contents are the author's sole responsibility.

## IS Working Papers

### 3.<sup>a</sup> Série/3<sup>rd</sup> Series

Editora/Editor: Paula Guerra

Comissão Científica/ Scientific Committee: João Queirós, Maria Manuela Mendes, Sofia Cruz

Uma publicação seriada *online* do  
**Instituto de Sociologia da Universidade do Porto**  
Unidade de I&D 727 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

IS Working Papers are an online sequential publication of the  
**Institute of Sociology of the University of Porto**  
R&D Unit 727 of the Foundation for Science and Technology

Disponível em/Available on: [http://isociologia.pt/publicacoes\\_workingpapers.aspx](http://isociologia.pt/publicacoes_workingpapers.aspx)  
ISSN: 1647-9424

## IS Working Paper N.º 21

### Título/Title

“Considerações sobre a importância da família na socialização: o que dizem as crianças?”

### Autora/Author

Florbela Samagaio

A autora, titular dos direitos desta obra, publica-a nos termos da licença Creative Commons “Atribuição – Uso Não Comercial – Partilha” nos Mesmos Termos 2.5 Portugal (cf. <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/pt/>).